

02/01/2017 - 05:00

Fila de registro de patente tem 240 mil pedidos e demora pode chegar a 11 anos

Por **Robson Sales**

Em 12 de março de 2008, o cardiologista Francisco Diniz da Costa entrou com um pedido no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi) para registrar a criação de uma prótese cardíaca capaz de reduzir as chances de rejeição em caso de transplante da válvula do coração. Quase nove anos depois o processo ainda aguarda resposta final do Inpi, responsável pela proteção da propriedade intelectual no país.



Cardiologista Francisco Diniz da Costa: registro de prótese cardíaca aguarda uma resposta final do Inpi há nove anos

O caso é apenas um entre os mais de 240 mil pedidos no estoque do instituto que esperam resposta. Entrar na fila pode significar espera de quase 11 anos, em média - no setor farmacêutico, a demora é ainda maior e supera os 13 anos. Ainda antes de conseguir a carta-patente definitivamente, Francisco da Costa já assinou contrato com o centro médico britânico Tissue Regenix, em Londres, para a venda da tecnologia médica.

São 260 pesquisadores para analisar todos os pedidos que chegam ao Inpi, o que dá uma média de quase mil processos para cada examinador. A falta de estrutura é um problema crônico do órgão, o que pode piorar com a crise econômica se o governo decidir cortar ainda mais os recursos. Nos Estados Unidos, por exemplo, são cerca de 6 mil examinadores, o que reduz o tempo de análise a cerca de dois anos.

Em outubro de 2009, um grupo de cinco pesquisadores da PUC do Paraná, liderados pela professora Maria Cristina Vasconcellos, iniciou o processo para conseguir a patente de um composto bioativo de plantas, capaz de acelerar a cicatrização da pele. Além desse, a Agência PUC de Inovação tem outros 93 pedidos à espera de decisão final do Inpi. Apenas em 2015, foram mais 33 mil novos pedidos que entraram na fila.

A crise econômica pode fazer com que menos processos sejam protocolados - as empresas deverão ter menos recursos para inovação -, mas também pode levar o governo federal a cortar ainda mais verbas do instituto. Em dez anos, o número de pedidos de patentes em espera dobrou: em 2005, eram 110 mil. A previsão do Inpi era encerrar 2016 com cerca de 242 mil cartas em análise.

A falta de funcionários é um dos problemas mais evidentes do Inpi, mas há outras dificuldades, como a falta de infraestrutura. No fim de novembro, o instituto conseguiu a autorização para convocar 70 servidores, entre pesquisadores e tecnólogos em propriedade industrial, que foram aprovados em concurso realizado em 2014, uma das medidas que estão sendo adotadas para aumentar a eficiência do órgão.

"O objetivo é conferir maior funcionalidade à estrutura organizacional, ampliar as atividades privativas de servidores públicos concursados e capacitados, e fortalecer as funções corporativas de supervisão e de coordenação executiva", afirmou em nota a assessoria de imprensa do Inpi.

O caminho para acelerar os processos passa por atacar a falta de examinadores, rever procedimentos internos e melhorar a estrutura do instituto, aponta Saulo Calazans, advogado e sócio do escritório Dannemann Siemsen. Mas a chegada de Michel Temer à Presidência da República não mudou as prioridades do governo federal em relação ao instituto.

Na área política, o Inpi sempre perdeu a queda de braço, independentemente do governo de plantão, lamenta Reinaldo Guimarães, vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria de Química Fina (Abifina). "O Inpi é historicamente muito negligenciado, e não tem nada a ver com esse governo e nem com o anterior."

Segundo Guimarães, a revitalização do instituto poderia ser estimulada, se os recursos obtidos ficassem dentro de casa e não fossem repassados para a União. "Mas há pouca força política dos formuladores de políticas do órgão. O grau de industrialização é desproporcional à importância do Inpi", diz o presidente da Abifina.

A New Steel, empresa brasileira que busca soluções sustentáveis na área de mineração, se beneficiou de um programa do instituto para obter a patente de um projeto que consegue separar o minério de ferro a seco, o Patentes Verdes. A técnica não usa uma única gota de água, enquanto os métodos atualmente utilizados gastam pelo menos mil litros para cada tonelada do minério, diz Newton Souza, diretor da New Steel.

O programa, criado em um modelo-teste há quatro anos, se tornou permanente no início de dezembro. Dos 480 pedidos que deram entrada durante a vigência do programa-piloto, 325 foram considerados aptos, sendo 112 pedidos deferidos e 115 indeferidos, até setembro de 2016. O tempo máximo de espera foi de aproximadamente dois anos, segundo o Inpi.

Uma forma de reduzir o tamanho da fila seria aproveitar exames feitos em outros países de pedidos feitos também no exterior, sugere a presidente da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (ABPI), Maria Carmen de Souza Brito. "Os programas de aceleração funcionam, mas não resolvem os problemas. É preciso acabar com esse legado para entrar de vez nesse regime normal de exames."

Já há projetos em teste para acelerar a avaliação da patente, como o voltado para as micro e pequenas empresas e os que ajudam empresas que desejam pedir a carta em outros países.

O longo tempo de espera tem um custo, principalmente para os setores que dependem da quebra de patentes, como a indústria dos remédios genéricos. Segundo a Associação Brasileira das Indústrias de Medicamentos Genéricos (PróGenéricos), havia em 2012 um mercado anual de R\$ 1,6 bilhão em produtos com patentes protegidas por causa da demora na avaliação dos pedidos. A entidade calcula que esse mercado cativo representa um gasto de mais R\$ 4 bilhões por ano.

A PróGenéricos ataca determinação da Lei de Propriedade Intelectual que estabelece prazo de vigência da patente de invenção superior a 10 anos a contar da data de sua concessão, o que estende o prazo de proteção para além dos 20 anos previstos na lei. "Isso ocorre porque o Inpi demora muito para dar seu parecer e fixar a concessão das patentes em análise, uma vez que sua estrutura não dá conta da demanda apresentada pela indústria", afirma Telma Salles, presidente da associação.

Se a patente cria reserva de mercado e incentiva a inovação, por outro lado impede que mais pessoas tenham acesso ao conhecimento, avalia Hugo Tadeu, pesquisador da Fundação Dom Cabral. "Quanto mais propriedade intelectual, mais desigual é o mercado, com aumento do protecionismo e dos preços do mercado", afirma.

"Essa manutenção da propriedade intelectual vai contra a economia do compartilhamento", completa. Tadeu acredita que o debate deveria ser mais voltado para a divulgação do conhecimento e uma agenda para incentivar a inovação, como ocorre cada vez mais nos Estados Unidos, aponta o professor da Dom Cabral.